



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:


<https://revistajrg.com/index.php/jrg>


ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Desafios na comunicação: atendimento a pacientes com deficiência auditiva em unidades de urgência e emergência

Communication Challenges: Care for Patients with Hearing Impairment in Urgent and Emergency Units

 DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3413

 ARK: 57118/JRG.v9i20.3413

Recebido: 23/05/2026 | Aceito: 25/05/2026 | Publicado *on-line*: 26/05/2026

Brenda Lúcia Burtuli Perondi¹

Fac. Sulamérica, BA, Brasil

E-mail: brendaperondi@sulamaricafaculdade.edu.br

Guilherme dos Santos Souza²

Fac. Sulamérica, BA, Brasil

E-mail: guislem2002@gmail.com

Rebeca Lara Da Silva Macedo³

Fac. Sulamérica, BA, Brasil

E-mail: rebecalaramacedo@gmail.com

Seni Schauble⁴

Fac. Sulamérica, BA, Brasil

E-mail: senieaurora@gmail.com



Resumo

A comunicação constitui um dos pilares fundamentais para a qualidade, segurança e efetividade da assistência em saúde, especialmente em contextos de urgência e emergência. Essencial para a segurança, qualidade e continuidade do cuidado em unidades de urgência e emergência, especialmente em situações em que a rapidez e a precisão das informações são determinantes para o diagnóstico e a tomada de decisão clínica. Nesse contexto, o atendimento a pacientes surdos permanece marcado por importantes barreiras comunicacionais, que dificultam o acolhimento, a anamnese, o vínculo terapêutico e a implementação de cuidados seguros. Apesar do reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio oficial de comunicação da comunidade surda no Brasil (Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005), muitos profissionais de enfermagem relatam não possuir preparo adequado para utilizá-la, recorrendo a estratégias improvisadas que podem comprometer a segurança e a autonomia do paciente. O problema torna-se ainda mais relevante considerando o contingente de pessoas com deficiência auditiva no país e a insuficiência de formação profissional em Libras, aliada à inexistência de protocolos institucionais específicos, falta de intérpretes e ausência de recursos visuais acessíveis nos serviços de saúde. Essas lacunas afetam diretamente a comunicação terapêutica, aumentam o risco de eventos

¹ Graduada em Enfermagem; Mestra em Ciências da saúde.

² Graduado Enfermagem.

³ Graduada Enfermagem.

⁴ Graduada Enfermagem.



adversos e dificultam o atendimento humanizado, equitativo e seguro. Diante disso, este estudo tem como objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem no atendimento a pessoas surdas em unidades de urgência e emergência, analisando as barreiras comunicacionais, sua relação com a formação profissional e as implicações para a prática assistencial. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa, que busca compreender de forma aprofundada as experiências, percepções e desafios comunicacionais da equipe de enfermagem nesse contexto. O estudo fundamenta-se em referencial teórico sobre comunicação em saúde, acessibilidade comunicacional, formação em Libras, direitos das pessoas com deficiência e estruturação dos serviços emergenciais.

Palavras-chave: Surdez; Comunicação em Saúde; Libras; Enfermagem.

Abstract

Communication constitutes one of the fundamental pillars for the quality, safety, and effectiveness of healthcare, especially in urgent and emergency contexts. It is essential for the safety, quality, and continuity of care in urgent and emergency units, particularly in situations where the speed and accuracy of information are crucial for diagnosis and clinical decision-making. In this context, providing care to deaf patients remains marked by significant communication barriers, which hinder patient reception, anamnesis, therapeutic bonding, and the implementation of safe care. Despite the legal recognition of the Brazilian Sign Language (Libras) as the official means of communication for the deaf community in Brazil (Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005), many nursing professionals report lacking adequate preparation to use it, resorting to improvised strategies that may compromise patient safety and autonomy. The problem becomes even more relevant considering the number of people with hearing impairment in the country and the insufficient professional training in Libras, combined with the lack of specific institutional protocols, a shortage of interpreters, and the absence of accessible visual resources in healthcare services. These gaps directly affect therapeutic communication, increase the risk of adverse events, and hinder humanized, equitable, and safe care. In light of this, this study aims to identify the main difficulties faced by the nursing team when caring for deaf people in urgent and emergency units, analyzing communication barriers, their relationship with professional training, and the implications for clinical practice. This is a descriptive, exploratory research with a qualitative approach, which seeks to gain an in-depth understanding of the experiences, perceptions, and communication challenges of the nursing team in this context. The study is based on a theoretical framework concerning health communication, communication accessibility, Libras training, the rights of people with disabilities, and the structuring of emergency services.

Keywords: Deafness; Health Communication; Libras; Nursing.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é um elemento central para a qualidade e a segurança da assistência em saúde, especialmente em unidades de urgência e emergência, onde o tempo de resposta é reduzido e as decisões precisam ser rápidas e assertivas. Nesse contexto, o atendimento a pessoas surdas ainda é marcado por barreiras comunicacionais relevantes, que comprometem o acolhimento, a coleta de dados, o vínculo terapêutico e a continuidade do cuidado. Nesse contexto (CHAVEIRO et al., 2008; SILVA et al., 2022) o atendimento ainda é marcado por barreiras comunicacionais relevantes, que



comprometem o acolhimento, a coleta de dados, o vínculo terapêutico e a continuidade do cuidado.

Historicamente, essas pessoas foram denominadas de forma inadequada como “surdas-mudas”, termo atualmente considerado incorreto, uma vez que a pessoa surda possui capacidade de comunicação, sobretudo por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005.

Do ponto de vista epidemiológico, a relevância do tema é reforçada pelo contingente de pessoas com deficiência auditiva no país. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 apontam que aproximadamente 2,3 milhões de brasileiros com 2 anos ou mais apresentavam deficiência auditiva com muita dificuldade ou incapacidade de ouvir, correspondendo a 1,1% dessa população (IBGE, 2021). Outras estimativas, divulgadas em materiais oficiais, indicam que cerca de 5% da população brasileira possui algum grau de deficiência auditiva, o que representa em torno de 10 milhões de pessoas (BRASIL, 2021). Considerando que a enfermagem está na linha de frente do cuidado em serviços de urgência e emergência, tais dados evidenciam a magnitude do desafio: garantir um atendimento acessível, seguro e humanizado a um grupo numeroso de usuários, frequentemente invisibilizado nos fluxos assistenciais (MELLO; SILVA et al., 2024).

A literatura científica sobre o tema tem destacado, de forma recorrente, a existência de lacunas na formação dos profissionais de saúde para o atendimento à pessoa surda, incluindo o desconhecimento de Libras, a ausência de protocolos específicos, a insuficiência de intérpretes e a falta de recursos visuais adequados nos serviços (CHAVEIRO et al., 2008; SILVA et al., 2022; VIEIRA et al., 2023). Entretanto, ainda são relativamente escassas as investigações que focalizam, de maneira delimitada, as dificuldades vivenciadas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência, cenário em que a rapidez da comunicação e a clareza das orientações podem significar a diferença entre agravo e recuperação. Essa lacuna justifica a realização de estudos que aprofundem a compreensão desse fenômeno, contribuindo para o aprimoramento das práticas assistenciais e para a formulação de estratégias de capacitação profissional e organização do serviço.

Diante disso, torna-se fundamental compreender as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem nesse contexto. Este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são as principais dificuldades encontradas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência? Assim, o estudo tem por objetivo geral identificar as principais dificuldades no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência sob a perspectiva da enfermagem, buscando, de forma específica, descrever as barreiras comunicacionais relatadas, relacioná-las à formação e às condições de trabalho da equipe de enfermagem e discutir suas implicações para a segurança e a humanização do cuidado. A pesquisa delimita-se ao contexto de unidades de urgência e emergência de serviços hospitalares brasileiros, tendo como foco o atendimento de enfermagem à pessoa surda, e fundamenta-se em referencial teórico sobre comunicação em saúde, acessibilidade comunicacional, Libras e direitos das pessoas com deficiência. Espera-se, com isso, oferecer subsídios teóricos e práticos para a discussão de políticas institucionais, ações educativas e ajustes organizacionais que favoreçam um cuidado mais inclusivo, sem antecipar, nesta introdução, as conclusões e proposições decorrentes da análise realizada



2 PROBLEMÁTICA

Quais são as principais dificuldades encontradas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência?

3 HIPÓTESES

A principal dificuldade da equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência decorre da falta de capacitação em Libras e da ausência de protocolos institucionais que orientem a comunicação adequada nesse contexto.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Identificar as principais dificuldades no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais barreiras de comunicação enfrentadas entre pacientes e profissionais da saúde, em unidades de urgência e emergência.
- Discutir estratégias para melhorar o atendimento em unidades de urgência e emergência, como treinamento de profissionais de saúde e implementação de recursos de acessibilidade.

5 JUSTIFICATIVA

A justificativa torna-se palpável ao considerar que estudos brasileiros evidenciam a persistente negligência no atendimento de pessoas surdas nos serviços de saúde, com profissionais relatando dificuldades de comunicação, ausência de intérpretes e sensação de atendimento incompleto por parte dos usuários surdos. Por exemplo, foi observado que “a assistência que o surdo recebe por parte da equipe de Enfermagem não se assemelha ao que por lei lhe é de direito [...]” (ARAÚJO, 2015, p. X). Outro estudo mostra que os desafios enfrentados pela enfermagem no atendimento a pessoas surdas “refletem na qualidade percebida pela clientela sobre a assistência prestada” (SILVA et al., 2015). Como esse público representa um contingente significativo e historicamente vulnerabilizado, o investimento em práticas assistenciais acessíveis, formação da equipe e estruturação dos serviços se traduz em cumprimento de direitos previstos por legislação, em melhora da segurança e da equidade no cuidado e em possível redução de agravos decorrentes de falhas de comunicação. Diante disso, investigar as barreiras específicas da enfermagem na urgência/emergência e propor subsídios para superá-las constitui uma contribuição relevante para a área, tanto do ponto de vista técnico-assistencial quanto ético e social.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Barreiras Comunicacionais Entre Enfermagem e Pacientes Surdos

A comunicação constitui um dos elementos centrais para a prática segura e qualificada da enfermagem, especialmente nos serviços de urgência e emergência, nos quais a rapidez e a precisão das informações obtidas influenciam diretamente o



diagnóstico e o manejo clínico. De acordo com os princípios da comunicação terapêutica, a interação entre profissional e paciente deve ocorrer de forma clara, objetiva e acessível, permitindo a construção compartilhada do cuidado. Nesses cenários, falhas de comunicação aumentam o risco de eventos adversos e podem comprometer a segurança do paciente, conforme apontado por diretrizes nacionais e internacionais de qualidade assistencial. A inexistência de comunicação oral funcional para parte da população surda (BRASIL. Ministério da Saúde, 2014).

A formação dos profissionais de saúde, de modo geral, ainda não contempla adequadamente a educação voltada à comunicação inclusiva com pessoas surdas. Apesar de a legislação brasileira, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, reconhecer Libras como meio legal de comunicação, muitos profissionais desconhecem seus princípios básicos. Tal lacuna compromete diretamente a qualidade do atendimento, uma vez que impede o estabelecimento de relações eficazes, limita a coleta de dados clínicos fidedignos e dificulta a explicação de procedimentos, riscos, benefícios e cuidados subsequentes. Dessa forma, a falta de preparo em Libras pode levar a falhas assistenciais e contribuir para percepções negativas sobre o serviço de saúde por parte dos pacientes surdos (BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002)

Diante da ausência de profissionais capacitados ou de intérpretes de Libras disponíveis, as equipes de enfermagem frequentemente recorrem a estratégias improvisadas, como gestos, mímicas, escrita e utilização de familiares como intermediadores da comunicação. Embora possam auxiliar em situações de extrema necessidade, tais estratégias apresentam riscos substanciais. A mímica, por exemplo, é limitada e sujeita a múltiplas interpretações, podendo gerar erros na compreensão de sintomas. A comunicação escrita, por sua vez, não é totalmente acessível a todos os surdos e pode ser inviável em contextos de dor intensa ou estresse. Já a mediação por familiares compromete a privacidade, a autonomia e o sigilo profissional, além de aumentar o risco de distorções na informação transmitida. Essas práticas, portanto, não garantem comunicação segura ou efetiva (CASTRO, et. Al, 2011).

As dificuldades comunicacionais entre a equipe de enfermagem e os pacientes surdos repercutem em diferentes etapas do atendimento. Na triagem, podem levar à classificação incorreta do nível de risco, atrasando o acesso ao tratamento adequado. Na anamnese, comprometem a interpretação precisa dos sinais e sintomas, interferindo no diagnóstico. Durante os procedimentos, dificultam a compreensão das orientações e dos cuidados necessários, prejudicando o consentimento informado. Além disso, as falhas comunicacionais aumentam o risco de eventos adversos, comprometem a segurança do paciente e fragilizam a relação de confiança entre usuário e serviço de saúde. Esses desafios evidenciam a necessidade de estratégias institucionais que garantam acessibilidade linguística e equidade no atendimento a pessoas surdas (SANTOS, et. Al, 2017). A segurança do paciente, conforme a cultura de qualidade preconizada pela Organização Mundial da Saúde, depende de comunicação clara, acessível e eficaz — condição que não se concretiza sem acessibilidade linguística para pessoas surdas.

6.2 Formação Profissional e Lacunas na Capacitação em Libras

A formação profissional em saúde, especialmente na área da Enfermagem, deve contemplar competências que assegurem uma comunicação efetiva e humanizada com todos os usuários do sistema de saúde, incluindo pessoas surdas. No Brasil, a **Língua Brasileira de Sinais (Libras)** é reconhecida oficialmente pela **Lei nº 10.436/2002** como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, e sua inserção na formação superior foi reforçada pelo **Decreto nº 5.626/2005**, que determina a obrigatoriedade do



ensino de Libras nos cursos de licenciatura e nos cursos de formação de profissionais da saúde.

Observa-se que muitos concluem a graduação sem habilidades para se comunicar com pessoas surdas, o que compromete a qualidade da assistência prestada. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada na análise de documentos institucionais disponibilizados em sites oficiais, como Projetos Político-Pedagógicos, matrizes e ementas curriculares. A questão norteadora, formulada pela estratégia PICO, foram encontradas 46 Instituições de Ensino Superior (IES) cadastradas no EMEC que ofertavam o curso; porém, apenas 42 disponibilizavam informações online. Entre estas, 33 mencionavam a disciplina de LIBRAS, e somente 9 forneceram materiais para análise: 3 públicas e 6 privadas. Conclui-se que, nos materiais examinados, a carga horária e o conteúdo de LIBRAS são insuficientes para o desenvolvimento de competências comunicacionais necessárias ao enfermeiro, o que constata a necessidade de treinamentos e capacitações, além da inclusão desta temática de forma ampliada na formação de enfermeiros (LIMA JHV de, Ribeiro A da S, São Bento PA de S, Shubert CO. 18º de novembro de 2025).

Como consequência, grande parte dos enfermeiros conclui a graduação sem domínio mínimo da língua de sinais, o que compromete a promoção de um cuidado justo e humanizado.

Devido à falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, a equipe de enfermagem não se sente qualificada para oferecer um atendimento humanizado ao paciente surdo, o que torna a consulta insatisfatória para ambos os lados. Por isso, os servidores buscam outros mecanismos como a comunicação escrita, uso de mímicas, presença de acompanhante e leitura labial. Estes métodos são adotados devido à falta de estratégias oferecidas pelo gerenciamento público junto aos serviços de saúde, o que reflete na carência da disciplina de Libras durante a formação acadêmica de tais profissionais, além da falta de cursos específicos e reconhecimento, tanto moral quanto financeiro, no ambiente de trabalho (ARAÚJO, et. al, 2021).

A ausência de capacitação sistemática impede o desenvolvimento de habilidades comunicacionais que deveriam ser permanentes, contextualizadas e atualizadas, especialmente em ambientes hospitalares e de urgência.

Devido à falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, a equipe de enfermagem não se sente qualificada para oferecer um atendimento humanizado ao paciente surdo, o que torna a consulta insatisfatória para ambos os lados. Por isso, os servidores buscam outros mecanismos como a comunicação escrita, uso de mímicas, presença de acompanhante e leitura labial. Estes métodos são adotados devido à falta de estratégias oferecidas pelo gerenciamento público junto aos serviços de saúde, o que reflete na carência da disciplina de Libras durante a formação acadêmica de tais profissionais, além da falta de cursos específicos e reconhecimento, tanto moral quanto financeiro, no ambiente de trabalho (ARAÚJO, et. al, 2021).

Quando o paciente é surdo, essa interação é frequentemente prejudicada pela ausência de preparo dos profissionais, sobretudo pela falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A literatura aponta que muitos enfermeiros relatam sentir-se inseguros, despreparados e frustrados ao atender pessoas surdas, reconhecendo que a limitação comunicacional compromete diretamente a qualidade da assistência (BEZERRA et al., 2020).

Pesquisas demonstram que a comunicação inadequada torna o atendimento mais lento, aumenta a chance de erros e impede que o paciente surdo participe ativamente das decisões relativas à sua saúde, ferindo princípios de autonomia e equidade (Santos &



Porto, 2021). Muitos profissionais relatam ainda desconforto em depender de familiares ou terceiros para intermediar a comunicação, uma vez que isso pode violar a privacidade do paciente e excluir informações relevantes da consulta (OLIVEIRA & MAIA, 2019). Assim, a ausência de domínio de LIBRAS tem consequências éticas, psicológicas e clínicas.

Os enfermeiros também reconhecem que a formação acadêmica em LIBRAS é frequentemente superficial e insuficiente para garantir práticas efetivas. Em muitas instituições, a disciplina é optativa, ofertada com baixa carga horária ou focada apenas em aspectos teóricos, sem estimular o desenvolvimento de competências comunicacionais concretas (COSTA et al., 2022). Diante disso, os profissionais defendem a necessidade de inserir LIBRAS de forma ampliada e obrigatória nos currículos de Enfermagem, bem como ofertar treinamentos contínuos no ambiente de trabalho.

6.3 Falta de Protocolos Institucionais e Barreiras Organizacionais no Atendimento

Segundo o Decreto nº 5.626 que versa sobre a LIBRAS, regula o atendimento ao surdo nas instituições de saúde pública, especialmente nos capítulos VII e VIII que abordam a garantia do direito à Saúde das Pessoas surdas ou com Deficiência Auditiva. Este decreto determina que pelo menos 5% dos colaboradores, funcionários e servidores dessas unidades do serviço público devem ser capacitados para utilizar e interpretar a Libras. Apesar da existência de leis, decretos e da conscientização quanto à inclusão social, a falta de adequação dos serviços de saúde para o atendimento às pessoas surdas ainda persiste como uma realidade (Brasil, 2005). Oferecer cursos de Libras para profissionais de saúde representa uma alternativa viável para promover uma comunicação eficaz com pacientes surdos e seus familiares. Quanto mais profissionais forem capazes de dominar a Libras, maior será a chance de respeitar a inclusão social e a cultura dos surdos (Silva, M.A.M.D.; Benito, L.A.O., 2016).

Conforme mencionado por Oliveira, a interação entre o paciente e o profissional de saúde deve ser vista como uma oportunidade de diálogo, troca e aprendizado recíproco. Por isso, entender a dinâmica entre os profissionais de saúde e as pessoas surdas é fundamental para aprimorar os serviços oferecidos a essa comunidade, promovendo, efetivamente, sua inclusão (Oliveira, et al., 2015).

Os estudos conduzidos por Silva & Ribeiro (2017) revelam que a equipe de saúde enfrenta dificuldades para explicar assuntos de interesse do paciente e compreender sua forma de comunicação. Pacientes que requerem atenção especial devido à sua forma única de se comunicar necessitam de uma conexão eficaz com os profissionais de saúde. Isso demanda competência e habilidade por parte dos profissionais para se comunicarem de maneira adequada, utilizando a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) (Freitas; Seidl, citados em Oliveira et al., 2011).

7 METODOLOGIA

7.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão de literatura, do tipo narrativa, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é reunir, analisar e sintetizar produções científicas relevantes sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência. Esse tipo de estudo permite compreender o estado atual do conhecimento, identificar lacunas e embasar discussões teóricas sobre o tema.



7.2 Caracterização do campo de pesquisa

Por se tratar de uma revisão de literatura, o “campo” refere-se ao acervo de publicações científicas selecionadas em bases de dados e repositórios acadêmicos. As buscas serão realizadas em plataformas como: SciELO; LILACS; PubMed; Google Acadêmico; BVS e Repositórios institucionais (TCCs, dissertações e teses) O período de publicação considerado será preferencialmente dos últimos 10 anos, podendo incluir materiais mais antigos quando conceitualmente relevantes.

7.3 População e amostra

A “população” corresponde ao conjunto de artigos, livros, documentos oficiais e produções científicas disponíveis sobre o tema. A “amostra” é composta pelos materiais selecionados após os critérios de inclusão e exclusão, os quais respondem adequadamente ao problema de pesquisa.

7.4 Critérios de inclusão

Serão incluídos materiais que: abordem comunicação em saúde com pessoas surdas; discutam o atendimento à pessoa surda em urgência e emergência; tratem da atuação da enfermagem com pacientes surdos; discutam Libras, acessibilidade comunicacional ou segurança do paciente; estejam disponíveis na íntegra; sejam publicados em português, inglês ou espanhol e sejam artigos, livros, capítulos, teses, dissertações e documentos oficiais.

7.5 Critérios de exclusão

Serão excluídos materiais que: não abordem comunicação, enfermagem ou atendimento ao paciente surdo; sejam duplicados; apresentem baixa qualidade metodológica; não estejam disponíveis na íntegra; sejam artigos de opinião sem fundamentação científica.

7.6 Riscos

Por ser uma pesquisa de revisão documental, os riscos são **nulos**, não havendo contato com participantes humanos nem intervenção direta.

7.7 Benefícios

Os benefícios incluem: produção de conhecimento atualizado sobre a temática; identificação de lacunas científicas; subsídio teórico para futuros estudos e práticas profissionais; contribuição para estratégias de qualificação do atendimento à pessoa surda.

7.8 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta será realizada por meio de **buscas sistematizadas** utilizando descritores controlados e palavras-chave, como: “surdez”, “pessoa surda”, “Libras”, “comunicação em saúde”, “urgência e emergência”, “enfermagem”, “acessibilidade”.

Serão aplicados operadores booleanos (AND, OR) para otimizar os resultados. Os dados serão organizados em planilhas contendo: título, autores, ano, tipo de estudo, objetivos, métodos e principais achados.

7.9 Procedimentos de análise dos dados

A análise será feita por meio de **análise de conteúdo temática**, que envolve: leitura flutuante do material; identificação de categorias de análise (barreiras



comunicacionais, lacunas formativas, riscos assistenciais, estratégias improvisadas etc.); síntese integrativa dos achados; discussão à luz do referencial teórico.

7.10 Aspectos éticos

Por se tratar de revisão de literatura, o estudo não exige submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012, pois não envolve seres humanos diretamente. Ainda assim, serão respeitados os princípios de integridade científica, citando adequadamente todas as fontes, evitando plágio e assegurando rigor metodológico.

8 RESULTADOS

Após a seleção dos artigos, foi realizada uma leitura para extrair os principais dados de cada publicação que fossem de valor significativo para o tema e foi elaborada uma tabela (Quadro 1) mostrando a distribuição dos artigos selecionados quanto ao título, periódico, ano de publicação, idioma e resultados.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos selecionados quanto ao título, periódico, ano de publicação, idioma e resultados (2017–2026)

Nº	Autor / Ano	Título do Artigo	Periódico	Idioma	Principais Resultados
1	Souza et al. 2017	Dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no acesso à saúde	Revista CEFAC	Português	Identificou barreiras de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos, destacando ausência de capacitação em Libras.
2	Santos & Oliveira. 2017	Barreiras enfrentadas pelo paciente surdo na assistência à saúde	Revista Saúde e Desenvolvimento Humano	Português	Falhas comunicacionais prejudicam diagnóstico e adesão ao tratamento.
3	Oliveira et al. 2018	Comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos	Revista de Saúde Pública	Português	Evidenciou falta de preparo dos profissionais para atendimento inclusivo.
4	Costa et al. 2018	Comunicação em saúde com pacientes surdos	Revista Brasileira de Enfermagem	Português	Demonstrou que ausência de intérpretes dificulta assistência segura.
5	Oliveira & Maia. 2019	Inclusão da pessoa surda nos serviços de saúde	Revista Bioética	Português	Apontou necessidade de formação profissional voltada à acessibilidade comunicacional.
6	Bezerra et al. 2020	Desafios da enfermagem na comunicação com pacientes surdos	Revista Enfermagem Atual	Português	Enfermeiros relatam insegurança e despreparo para comunicação com pacientes surdos.
7	Araújo et al. 2020	Comunicação entre profissionais de saúde e pacientes com deficiência auditiva	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Português	Falta de Libras na formação prejudica qualidade da assistência.
8	Araújo et al. 2021	Assistência de enfermagem ao paciente surdo	Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde	Português	Dificuldades na interação profissional-paciente e



					uso de estratégias improvisadas.
9	Santos & Porto. 2021	Comunicação terapêutica com pacientes surdos	Revista Saúde Coletiva	Português	Comunicação inadequada aumenta riscos assistenciais.
10	Silva et al. 2022	Comunicação na enfermagem com pacientes com deficiência auditiva	Research, Society and Development	Português	Identificou lacunas na formação acadêmica em Libras.
11	Castro et al. 2022	Comunicação na transição de cuidados em emergência	Cogitare Enfermagem	Português	Falhas de comunicação podem gerar eventos adversos no cuidado.
12	Vieira et al. 2023	Estratégias de comunicação na assistência à pessoa surda	Texto & Contexto Enfermagem	Português	Uso de escrita, gestos e familiares como mediadores da comunicação.
13	Pereira et al. 2024	Comunicação da equipe de enfermagem em urgência	Revista Ibero-Americana de Humanidades	Português	Comunicação eficiente melhora segurança do paciente.
14	Paciello et al. 2024	Libras no atendimento ao paciente surdo em emergência	Temas em Educação e Saúde	Português	Necessidade de sinais específicos em Libras para situações de urgência.
15	Mello, Silva & Fernandes. 2024	Acesso à saúde da pessoa com deficiência auditiva	Revista Saúde Coletiva	Português	Importância de políticas institucionais de acessibilidade.
16	Lima, Ribeiro & São Bento. 2025	Ensino de Libras na formação em enfermagem	Revista Educação em Saúde	Português	Carga horária de Libras nos cursos é insuficiente.
17	Gomes de Lima et al. 2025	Comunicação acessível na enfermagem	Revista FT	Português	Destaca desafios comunicacionais em hospitais.
18	Fernandes et al. 2025	Inclusão comunicacional em serviços de emergência	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Português	Necessidade de protocolos institucionais para atendimento inclusivo.
19	Barbosa et al. 2026	Atendimento de enfermagem à pessoa com deficiência auditiva	Revista de Enfermagem UFPE	Português	Destacou importância de capacitação profissional em Libras.
20	Rodrigues et al. 2026	Acessibilidade comunicacional na assistência hospitalar	Revista Brasileira de Saúde Funcional	Português	Comunicação acessível contribui para maior segurança e humanização do cuidado.

8.1 Autores que destacam as barreiras de comunicação:

Os estudos analisados evidenciam que as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência. Nesse sentido, Souza et al. (2017) identificam que a ausência de capacitação em Libras dificulta a interação entre profissionais e pacientes, comprometendo a compreensão das necessidades de saúde. De forma semelhante, Santos e Oliveira (2017) apontam que falhas comunicacionais prejudicam o diagnóstico e a adesão ao tratamento, evidenciando impactos diretos na qualidade da assistência.



Oliveira et al. (2018) reforçam esse cenário ao destacar o despreparo dos profissionais para o atendimento inclusivo, o que limita a efetividade da comunicação em contextos assistenciais. Costa et al. (2018), por sua vez, ressaltam que a ausência de intérpretes de Libras nos serviços de saúde dificulta a troca de informações, aumentando o risco de falhas na assistência.

Além disso, Castro et al. (2022) apontam que a comunicação inadequada em contextos de urgência pode favorecer a ocorrência de eventos adversos, enquanto Vieira et al. (2023) destacam que os profissionais frequentemente recorrem a estratégias improvisadas, como gestos, mímicas e escrita, diante da impossibilidade de comunicação direta. Tais achados demonstram que a dificuldade comunicacional está presente em diferentes etapas do atendimento e configura-se como um dos principais entraves para a atuação da enfermagem junto ao paciente surdo.

8.2 Autores que enfatizam a necessidade de formação profissional:

Outro conjunto de estudos evidencia que as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem estão diretamente relacionadas à insuficiência da formação profissional, especialmente no que se refere ao domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Oliveira e Maia (2019) destacam a necessidade de formação voltada à acessibilidade comunicacional, enfatizando que o preparo profissional é fundamental para a qualidade da assistência.

Bezerra et al. (2020) apontam que enfermeiros relatam insegurança e despreparo ao atender pacientes surdos, evidenciando limitações na comunicação. Da mesma forma, Araújo et al. (2020) destacam que a ausência de Libras na formação em saúde compromete a interação entre profissional e paciente, dificultando o cuidado.

Silva et al. (2022) identificam lacunas na formação acadêmica relacionadas à comunicação com pessoas com deficiência auditiva, enquanto Lima, Ribeiro e São Bento (2025) demonstram que a carga horária destinada ao ensino de Libras nos cursos de Enfermagem é insuficiente para o desenvolvimento de competências comunicacionais adequadas.

Adicionalmente, Barbosa et al. (2026) reforçam a importância da capacitação profissional em Libras como estratégia para melhorar a assistência, evidenciando que o preparo adequado dos profissionais é essencial para reduzir as dificuldades comunicacionais e promover um atendimento mais qualificado.

8.3 Autores que apresentam estratégias ou soluções:

Os estudos analisados também apresentam estratégias e propostas que visam minimizar as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos. Vieira et al. (2023) identificam o uso de recursos como escrita, gestos e presença de acompanhantes como estratégias adotadas na prática assistencial, embora reconheçam suas limitações.

Paciello et al. (2024) destacam a necessidade de desenvolvimento de sinais específicos em Libras voltados para situações de urgência e emergência, com o objetivo de facilitar a comunicação em contextos críticos. Pereira et al. (2024) evidenciam que a comunicação eficiente contribui para a segurança do paciente, reforçando a importância de estratégias que favoreçam a interação entre profissionais e usuários.

Fernandes et al. (2025) apontam a necessidade de implementação de protocolos institucionais voltados ao atendimento da pessoa surda, enquanto Mello, Silva e Fernandes (2024) ressaltam a importância de políticas de acessibilidade nos serviços de saúde. Rodrigues et al. (2026) complementam ao afirmar que a comunicação acessível



está diretamente relacionada à humanização do cuidado e à melhoria da qualidade assistencial.

Dessa forma, os estudos indicam que a adoção de estratégias institucionais, associada à capacitação profissional e ao uso de recursos comunicacionais adequados, pode contribuir para a redução das dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem, promovendo um atendimento mais seguro e inclusivo ao paciente surdo (FERNANDES et al., 2025; RODRIGUES et al., 2026; PEREIRA et al., 2024).

9. DISCUSSÃO

Os achados evidenciam que as dificuldades não se limitam a aspectos individuais, e estão diretamente relacionadas, sobretudo, às barreiras comunicacionais, às lacunas na formação profissional e à ausência de suporte institucional adequado. Tais achados corroboram o que tem sido amplamente descrito na literatura científica, reforçando que a comunicação ineficaz constitui um dos principais fatores limitantes para a prestação de um cuidado seguro, humanizado e equitativo (SILVA et al., 2022; ARAÚJO et al., 2020; MELLO; SILVA; FERNANDES, 2024).

No que se refere às barreiras de comunicação, os estudos analisados demonstram que a ausência de domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) compromete significativamente a interação entre profissionais e pacientes, dificultando a coleta de informações clínicas e a compreensão das necessidades de saúde. Esse achado está em consonância com Souza et al. (2017) e Santos e Oliveira (2017), que apontam que falhas comunicacionais impactam diretamente o diagnóstico e a adesão ao tratamento. Além disso, a utilização de estratégias alternativas, como mímicas, escrita e mediação por familiares, embora frequente, mostra-se limitada e potencialmente insegura, conforme destacado por Vieira et al. (2023). Essas estratégias podem gerar ambiguidades na interpretação das informações e comprometer princípios éticos, como autonomia e confidencialidade do paciente.

Adicionalmente, observa-se que a comunicação inadequada não afeta apenas a qualidade da interação, mas também a segurança do paciente. Castro et al. (2022) ressaltam que falhas na comunicação em contextos de urgência e emergência estão associadas ao aumento de eventos adversos, o que reforça a importância de uma comunicação clara e acessível como componente essencial da assistência em saúde. Nesse sentido, os achados deste estudo evidenciam que a inacessibilidade comunicacional vivenciada por pacientes surdos pode resultar em atrasos no atendimento, erros na classificação de risco e dificuldades na execução de procedimentos, comprometendo todo o processo assistencial.

No que tange à formação profissional, os resultados indicam que a insuficiência de capacitação em Libras durante a graduação em enfermagem constitui um fator determinante para as dificuldades enfrentadas na prática assistencial. Estudos como os de Bezerra et al. (2020) e Silva et al. (2022) demonstram que muitos profissionais se sentem inseguros e despreparados para atender pacientes surdos, o que evidencia fragilidades na formação acadêmica. Da mesma forma, Lima, Ribeiro e São Bento (2025) apontam que a carga horária destinada ao ensino de Libras é insuficiente para o desenvolvimento de competências comunicacionais efetivas. Esses dados reforçam a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de saúde, com a inclusão mais abrangente e prática da Libras, a fim de preparar profissionais para uma atuação inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se às barreiras organizacionais e institucionais, evidenciadas pela ausência de protocolos específicos, escassez de intérpretes e falta de



recursos de acessibilidade nos serviços de saúde. Conforme apontado por Fernandes et al. (2025) e Mello, Silva e Fernandes (2024), a inexistência de diretrizes institucionais voltadas ao atendimento da pessoa surda contribui para a desorganização do cuidado e para a adoção de práticas improvisadas. Tal cenário evidencia um distanciamento entre o que é preconizado pela legislação brasileira — como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 — e a realidade vivenciada nos serviços de saúde, demonstrando falhas na implementação de políticas públicas de inclusão.

Nesse contexto, os resultados também indicam que a adoção de estratégias institucionais, aliada à capacitação profissional contínua, pode contribuir significativamente para a melhoria da assistência. Estudos como os de Pereira et al. (2024) e Rodrigues et al. (2026) destacam que a comunicação acessível está diretamente relacionada à segurança do paciente e à humanização do cuidado. Além disso, Paciello et al. (2024) enfatizam a importância do desenvolvimento de sinais específicos em Libras para contextos de urgência, o que pode otimizar a comunicação em situações críticas. Dessa forma, a integração entre formação adequada, suporte institucional e recursos comunicacionais acessíveis apresenta-se como um caminho fundamental para a redução das desigualdades no atendimento à pessoa surda.

Por fim, observa-se que os achados deste estudo estão alinhados com o referencial teórico adotado, ao evidenciar que a comunicação em saúde vai além da transmissão de informações, constituindo-se como elemento central para a construção do vínculo terapêutico, garantia da autonomia do paciente e promoção da segurança assistencial. Nesse sentido, Santos e Porto (2021) destacam que a comunicação terapêutica eficaz é fundamental para assegurar a participação ativa do paciente no cuidado, enquanto Pereira et al. (2024) reforçam sua relação direta com a segurança do paciente. Ademais, Rodrigues et al. (2026) evidenciam que a comunicação acessível contribui para a humanização da assistência. A persistência das barreiras identificadas revela a necessidade de avanços tanto na formação dos profissionais quanto na organização dos serviços de saúde, a fim de assegurar um cuidado verdadeiramente inclusivo e de qualidade para a população surda.

10. DESFECHO PRIMÁRIO

O desfecho primário deste Trabalho de Conclusão de Curso consiste em identificar e compreender as principais dificuldades comunicacionais vivenciadas pela equipe de enfermagem no atendimento a pacientes surdos em unidades de urgência e emergência, considerando:

- As barreiras de comunicação percebidas pelos profissionais durante o acolhimento, triagem, realização de procedimentos e orientação do cuidado.
- A relação entre essas dificuldades e a formação profissional, especialmente no que se refere à ausência de capacitação em Libras.
- A influência das condições de trabalho e da organização institucional, incluindo ausência de protocolos, falta de intérpretes e carência de recursos de acessibilidade.
- As implicações dessas barreiras para a segurança do paciente, qualidade da assistência e humanização do cuidado.

Esse desfecho permitirá avaliar de forma integrada como fatores individuais (capacitação), organizacionais (protocolos e estrutura) e assistenciais (contexto da urgência/emergência) se articulam para gerar barreiras e riscos no atendimento à pessoa surda.



CONCLUSÃO

Conclui-se que as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem, a partir da análise desenvolvida neste estudo, a pacientes com deficiência auditiva em unidades de urgência e emergência extrapolam o campo técnico-operacional, configurando-se como expressão de fragilidades no sistema de saúde brasileiro. Os resultados obtidos demonstram, de maneira contundente, que as barreiras comunicacionais não apenas dificultam, mas comprometem de forma significativa a segurança do paciente, a qualidade da assistência e a efetivação dos princípios de humanização e equidade no cuidado.

A ausência de domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte dos profissionais de enfermagem mostrou-se como um dos principais fatores limitantes para a construção de uma comunicação terapêutica eficaz. Tal limitação impacta diretamente a coleta de dados clínicos, a compreensão das necessidades do paciente e a condução segura das intervenções, especialmente em cenários de urgência, onde a precisão e a agilidade das informações são determinantes. Nesse contexto, a recorrência ao uso de estratégias improvisadas — como mímicas, escrita e mediação por familiares — evidencia não apenas a tentativa de suprir lacunas, mas também a precarização da assistência, uma vez que tais práticas são insuficientes para garantir comunicação efetiva, podendo gerar distorções, riscos assistenciais e violação de direitos fundamentais, como autonomia e confidencialidade.

No que se refere à formação profissional, os achados deste estudo revelam um cenário preocupante, no qual a Libras ainda ocupa um espaço marginal nos currículos da área da saúde, sendo frequentemente abordada de forma superficial e desvinculada da prática clínica. Essa realidade contribui para a formação de profissionais inseguros, despreparados e incapazes de responder adequadamente às demandas de uma população que, embora numerosa, permanece historicamente invisibilizada nos serviços de saúde. Trata-se, portanto, de uma lacuna formativa que transcende o âmbito acadêmico e se configura como um problema ético e social, na medida em que perpetua desigualdades no acesso e na qualidade da assistência.

Além disso, a ausência de protocolos institucionais, a escassez de intérpretes e a insuficiência de recursos de acessibilidade evidenciam um distanciamento alarmante entre o que é assegurado pela legislação brasileira e o que, de fato, é ofertado na prática assistencial. Tal discrepância revela não apenas falhas na implementação de políticas públicas, mas também uma negligência institucional que compromete a integralidade do cuidado e fragiliza a efetividade do sistema de saúde.

Sob uma perspectiva crítica, é imprescindível afirmar que a manutenção desse cenário não pode mais ser naturalizada ou justificada por limitações operacionais. A persistência dessas barreiras revela, sobretudo, uma ausência de priorização política e institucional frente às demandas da população surda. A comunicação acessível deve ser compreendida como um direito inegociável e como um componente estruturante da assistência em saúde, e não como um recurso complementar ou eventual.

Dessa forma, torna-se urgente a implementação de mudanças estruturais que envolvam a reformulação dos processos formativos, com a inserção efetiva, contínua e prática da Libras nos cursos de saúde; o investimento em capacitação permanente dos profissionais; a criação e implementação de protocolos assistenciais específicos; e a garantia de suporte institucional por meio de intérpretes e tecnologias assistivas. Tais medidas não representam apenas avanços desejáveis, mas condições mínimas para a promoção de um cuidado seguro, inclusivo e eticamente responsável.



Conclui-se, portanto, que os desafios identificados neste estudo refletem uma problemática complexa, multifatorial e ainda negligenciada, cuja superação exige compromisso, articulação e responsabilidade coletiva. Mais do que evidenciar fragilidades, este trabalho reforça a necessidade de transformação das práticas e das estruturas que sustentam o cuidado em saúde. Assim, espera-se que os achados aqui apresentados contribuam para o fortalecimento de uma assistência verdadeiramente inclusiva, na qual o direito à comunicação, à dignidade e à saúde da pessoa surda seja plenamente garantido, especialmente em contextos críticos como os serviços de urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. M. et al. Comunicação entre profissionais de saúde e pacientes com deficiência auditiva: desafios e possibilidades. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e03529, 2020.
- ARAÚJO, M. P. F. Assistência de enfermagem ao paciente surdo: desafios e possibilidades. **ABCS Health Sciences**, Santo André, v. 40, n. 3, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/download/702/667/1437>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BEZERRA, A. L. Q. et al. Desafios da enfermagem na comunicação com pacientes surdos. **Revista Enfermagem Atual**, Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CASTRO, D. S.; GONÇALVES, R. S. Dificuldades comunicacionais entre enfermeiros e pacientes surdos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 360–366, 2011.
- CASTRO, D. et al. Comunicação na transição de cuidados de enfermagem em um serviço de emergência. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 27, 2022.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578–583, 2008.
- COSTA, M. A. et al. Comunicação em saúde com pacientes surdos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2022.
- FERNANDES, F. L. G. et al. Inclusão comunicacional em serviços de emergência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, 2025.
- GOMES DE LIMA, A.; ROQUE, R. N. S.; OLIVEIRA, P. N. A. Comunicação acessível na enfermagem: revisão integrativa. **Revista FT**, 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de



- Janeiro: IBGE, 2021.
- MELLO, R. T.; SILVA, J. F.; FERNANDES, F. L. G. Acesso à saúde da pessoa com deficiência auditiva: revisão integrativa. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2024.
- OLIVEIRA, R. M.; MAIA, L. F. Inclusão da pessoa surda nos serviços de saúde: uma análise bioética. **Revista Bioética**, Brasília, v. 27, n. 2, 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on hearing**. Geneva: WHO, 2021.
- PACIELLO, I. D. P.; DAWES, T. P.; HENRIQUES, M. S. Libras no atendimento ao paciente surdo em emergência. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 20, 2024.
- PEREIRA, V. F. et al. Comunicação e interação da equipe de enfermagem em atendimentos de urgência: revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 7272–7282, 2024.
- RODRIGUES, L. A. et al. Acessibilidade comunicacional na assistência hospitalar. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, 2026.
- SANTOS, C. B.; OLIVEIRA, J. S. Barreiras enfrentadas pelo paciente surdo na assistência à saúde. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 5, n. 3, p. 29–39, 2017.
- SANTOS, C. B.; PORTO, J. S. Comunicação terapêutica com pacientes surdos. **Revista Saúde Coletiva**, 2021.
- SILVA, B. L. O. et al. Comunicação na enfermagem durante a assistência ao paciente com deficiência auditiva. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022.
- SILVA, L. N. et al. Atendimento da enfermagem à pessoa com deficiência auditiva: percepções sobre comunicação e cuidado. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 6, n. 3, p. 16–23, 2015.
- SOUZA, M. F. N. S. et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: revisão integrativa. **Revista CEFAC**, v. 19, p. 395–405, 2017.
- VIEIRA, D. A. et al. Estratégias de comunicação dos profissionais de saúde na assistência à pessoa com deficiência auditiva. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2023.
- WETTERICH, C. B.; BARROSO, H. C. S. M.; FREITAS, D. A. Comunicação entre surdos e profissionais da saúde: revisão bibliográfica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 130–152, 2020.